

Acta N.º 03/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 03/2010 DE 30 de ABRIL DE 2010

----- Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e dez, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em Sessão Ordinária do mês de Abril do ano em curso, pelas dez horas, e com a ordem de trabalhos constante no Edital junto aos documentos anexos a esta acta e oportunamente remetida a todos os membros da Assembleia. -----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Mesa da Assembleia: -- Paulo Manuel Teixeira Marques, Presidente deste Órgão Autárquico, Maria Idália Amaral Pinto e Ilídio Silva Ferreira, primeira e segundo secretários respectivamente e os seguintes Membros: -----

Henrique Gomes Morgado, Hugo Filipe Afonso Trindade, José Manuel Afonso Rodrigues, José Luís Ferreira dos Santos, Manuel Costa Pereira, Alípio de Melo Vieira, Anabela Conceição Salvador Almeida, Carlos Alberto Pereira de Sá, Fernando Costa Felix, Manuel Leandro Vicente, Carlos Alberto Cunha Saraiva, Ilídio Afonso da Cruz, Orlando Carvalho Canseiro, Augusto Marques Moreira, Amândio Martinho Salvador, Jorge Manuel Pereira Reis e Horácio Manuel Sousa Leal. -----

----- Não compareceram à sessão os seguintes membros: Sandra Cristina da Silva Amaral Francisco e Joel Afonso de Sousa.-----

----- Nos termos do nº1 artigo 25º do Regimento desta Assembleia, participou na sessão o Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Esteve também na Sessão a Vereadora em regime de não permanência, Ana Cristina Ribeiro dos Santos. -----

----- Sendo a hora designada para início da sessão, eram dez horas verificando-se haver quorum, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, dando início aos trabalhos: -----

-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso: -----

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 25 de Fevereiro de 2010 e o dia 29 de Abril do ano em curso. -----

----- **Apresentou pedido de justificação de falta** à Sessão de hoje dia 30 de Abril a Sr.ª Sandra Amaral Francisco, tendo a mesma sido justificada pela Mesa. -----

1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”; -----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

----- Hugo Trindade, referiu-se às actividades desportivas das associações do concelho, nomeadamente às da Casa do Povo de Vila Nova de Paiva. Chamou a atenção para o problema dos transportes escolares efectuados pelas diversas associações do concelho, tendo alertado para a questão da formação do pessoal afecto a esses transportes.-----

----- Fernando Félix, alertou, mais um vez, para a não satisfação do solicitado nas reuniões anteriores relativamente ao cumprimento integral da alínea e) do art. 12º do Regimento da Assembleia Municipal (art. 53º, al. e) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro), nomeadamente ao envio de uma informação escrita e actualizada da situação financeira do Município, de forma a permitir o pleno exercício da competência atribuída por aquele artigo e alínea à Assembleia Municipal.-----

----- Sinalizou também o não envio de cópia do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão/Corrupção e Infracções Conexas, aprovado em reunião de Câmara extraordinária de 30-12-2009, conforme solicitou na reunião da Assembleia de 25-02-2010. -----

----- De seguida, e após solicitar e obter do Sr. Presidente da Assembleia autorização para apresentar uma réplica/complemento a uma resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara na reunião anterior, o Sr. Deputado falou da problemática da reflorestação.-----

----- *“Exmº Sr. Presidente da Câmara, eu sei que a iniciativa privada e algumas Juntas de Freguesia têm reflorestado alguns terrenos. Eu sei que existem pessoas que, sem qualquer apoio oficial (quer da Câmara, quer dos Serviços da Agricultura) têm procurado reflorestar os terrenos. E sei muito bem isso porque, há uns anos, faço parte desse grupo. -----*

----- *No entanto acho que estamos a ver o problema de posições diferentes, existindo uma metáfora que talvez defina bem as nossas posições, que é a metáfora do optimismo e pessimismo, “do copo meio cheio, ou meio vazio”. Eu vejo o copo meio vazio, o Sr. Presidente, vê o copo meio cheio.-----*

----- *Eu baseio-me na situação que herdamos dos nossos pais e avós, ou seja, num Concelho onde predominava a floresta. Neste momento não predomina. Acho que podemos e devemos concluir que se a democracia trouxe importantes concretizações vitais à realização do ser humano na sua plenitude, neste aspecto o resultado foi muito negativo. Para chegarmos a essa conclusão basta olharmos a paisagem quando*

Acta N.º 03/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

saímos de Vila Nova de Paiva, basta subirmos a um monte e olharmos o horizonte do Concelho. -----

----- Será certo, como o Sr. Presidente disse nas comemorações do dia 25 de Abril, que teremos a mancha de floresta mais jovem do Distrito. Acredito nisso, mas sei que isso se deve ao facto de nos 36 anos de democracia, o Concelho ter estado a arder. ---

----- Também é certo que o Concelho tem dois importantes perímetros florestais, eu conheço bem um, aquele a Oeste da povoação da Queiriga, onde se localizam alguns terrenos de que sou proprietário. -----

----- Mas também sei Sr. Presidente que há grandes zonas de terreno, onde não há árvores, onde já não nascem naturalmente e onde não se plantam árvores. Uma dessas zonas localiza-se a Este do Concelho, bem visível no lado esquerdo da estrada que vai de Vila Nova de Paiva para Viseu. Há uns anos essa zona estava repleta de pinheiros, agora, exceptuando poucos casos isolados e sobretudo terrenos mais próximos da estrada, esses montes constituem quase que uma “zona de ninguém”. ----

----- Nessa zona, em terrenos a seguir às Bombas da Gasolina e próximos da já referida estrada, localizam-se, além de importantes nascentes que alimentam dois dos regos agrícolas principais da povoação da Queiriga, as primitivas nascentes de abastecimento de água ao domicílio desta Freguesia. Nascentes e aproveitamento que, nos últimos anos, têm sido incapazes de satisfazer as necessidades, obrigando ao recurso da água proveniente da Quinta da Azenha. Relativamente à diminuição do caudal das nascentes é urgente tomarmos consciência da relação de causa/efeito que a desarborização provoca na quantidade e qualidade de água disponível, na medida em que as árvores promovem a sua infiltração, conservam a humidade e impedem a sua evaporação. Relativamente ao aproveitamento da água, deixe-me que lhe diga que, há dois anos, alguém desta Câmara disse-me que na zona da Orca dos Juncais, onde se localiza outra nascente de abastecimento de água ao domicílio, haveria água que não vinha para o depósito da Queiriga, porque as canalizações estariam entupidas. A ser verdade isso, parece que, até pelo que o Sr. Presidente já aqui disse, optaram erradamente por comprar e reparar motores/bombas de água em vez de optaram por desentupir as canalizações. Eu preferia que tivessem optado pela segunda, pois a água seria de melhor qualidade e certamente mais barata.-----

----- Voltando ao assunto da florestação, Sr. Presidente, o que eu defendo é a adopção, por parte do Município, de uma verdadeira e produtiva política de florestação. Penso que é urgente e possível passarmos de uma atitude reactiva, para uma atitude proactiva, e até aproveitarmos e fomentarmos a iniciativa privada,

adoptando uma política de florestação que rentabilize/constitua um ponto forte deste Concelho. -----

----- Se definirmos como objectivo a “Florestação Plena do Concelho”, poderemos promover a plantação de árvores, através do fomento da plantação privada individual e da associação de proprietários/emparcelamento de terrenos, e até comprar algumas terras para esse fim. -----

----- E nesta política de florestação penso que o Arbutus do Demo poderá desempenhar um factor crítico de sucesso, recusando-me eu a aceitar calado (que até sei que o excedente de água deste parque, que antigamente regava um vale que hoje já não é cultivado, poderia servir para abastecer, pela lei da gravidade, uma parte importante da Freguesia da Queiriga) que se apresente o Arbutus do Demo como um exemplo de aproveitamento agrícola, quando na realidade passados estes sete anos e depois de muito dinheiro investido, os resultados agrícolas são nulos. -----

----- Como o Sr. Presidente referiu nas comemorações do dia 25 de Abril é necessário arranjar conteúdos para o Arbutus do Demo, por isso, e sem descurar outras valências, penso que é obrigatório dotá-lo da valência de viveiro de árvores. Isto porque:-----

1º tal valência não colide com interesses privados dos munícipes, pelo menos eu não conheço ninguém que se dedique à actividade de viveiro;-----

2º permite ao Município dispor de árvores para plantar em praças e terrenos públicos;-----

3º permitirá até ceder/vender árvores para outros Concelhos e explorar a valência/mercado do extinto Viveiro de Vale de Cavalos;-----

4º se quisermos permitirá até promover um convívio saudável inter-geracional dos munícipes:-----

----- - basta desafiar as Escolas, sobretudo os responsáveis pelas áreas de projectos das áreas de Ciências Naturais e Biologia, para assumirem como projecto um viveiro de árvores. Penso que era possível e saudável juntar alguns idosos de lares, centros de dia, etc, que têm saudades de sentir a humidade e o cheiro da terra, com os jovens que cada vez mais recorrem a “Quintas virtuais” desenvolvidas na internet. Penso que era possível organizar actividades de recolha e selecção de sementes, sementeira e produção de árvores. Eu penso que era possível e desta forma chamar munícipes ao Arbutus do Demo, incutir-lhes um sentimento de pertença, e promover uma rica partilha de saberes, objectivos e valores.-----

Acta N.º 03/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

----- Depois, se tivermos as árvores, podemos fornecê-las aos munícipes quando as solicitarem e até promover a política a florestação, oferecendo-as:-----

----- - directamente ao visitantes do Arbutus, aproveitando as capacidades das crianças e jovens como diplomatas/defensores da natureza;-----

----- Às entidades oficiais que nos visitam, marcando a diferença (tornando o momento inesquecível), visto que as lembranças actuais (“salvas de prata”, galhardetes, etc), têm na quase generalidade um fim inútil, contrariamente à oferta de uma árvore que incorpora/transmite uma mensagem ecológica e obrigará as entidades a pensar em plantar a árvore e no problema com que Portugal se debate.----

----- - Poderemos até envolver outras instituições, como por exemplo os Bombeiros Voluntários que, em vez de darem “selos publicitários” (que pouca gente cola nos vidros dos automóveis), aquando dos peditórios públicos, poderiam oferecer árvores e dizer às pessoas para as plantarem que eles garantem a protecção contra incêndios.

----- Relativamente ao envolvimento de entidades externas poderíamos ainda apelar, apesar da crise económica e financeira que se vive, à responsabilidade social das empresas, ou seja, em vez de lhes pedirmos dinheiro para campanhas eleitorais (que cada vez mais se devem pautar por confronto de ideias e não por confronto de ruídos), poderíamos pedir apoios para a reflorestação. Há diversas empresas que já estão sensibilizadas para este problema/necessidade, como por exemplo a Caixa Geral de Depósitos (projecto Floresta Caixa), que tem diversas parcerias com a Anefa – Associação Nacional de Empresas Florestais e a Quercus-Associação Nacional de Conservação da Natureza, das quais já resultaram diversas intervenções no País.

----- Relativamente à comemoração do dia do Município permitam-me o seguinte:

----- I) Dê os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pela organização e comemoração do dia do Município;-----

----- II) Dê também os parabéns à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de V.N. de Paiva pelos 35 anos de existência, e sobretudo pelo serviço/obra feita, realçando que o voluntariado é realmente uma das acções mais nobres que o ser humano poder fazer, e lembrar que a maior homenagem que lhe poderemos prestar, é tomá-los como exemplo, não no discurso, mas nas acções.

---- III) Referir que houve uma acção ocorrida nas comemorações, revelada pela foto onde estão o actual Presidente e alguns dos ex-Presidentes desta Câmara, que para mim significa uma grande maturidade democrática. Para mim, a presença no grupo de um Presidente da Câmara do antigo regime, significa/simboliza uma grande maturidade política concelhia. Significa que acabou a “caça às bruxas”, ou seja,

mesmo não concordando, assumimos o passado e viramo-nos para o futuro. Tem assim um significado bem diferente daquele que vi, na atitude de algumas pessoas da minha Freguesia que, aquando das últimas eleições, chamavam de “fachistas” os candidatos do PSD. -----

----- IV) Agradecer a presença das entidades convidadas, em especial a do Exmº Sr. Secretário de Estado da Administração Local, que sempre nos enobrece e enriquece.

----- Não deixando contudo de manifestar, com todo o respeito, a minha perplexidade/discordância em relação a algumas palavras/ideias políticas que o mesmo transmitiu neste Salão Nobre, designadamente: -----

----- 1 - relativamente à não existência de um plano sobre a eliminação/redução de autarquias, eu, na minha modesta condição, penso que tal plano não existe formalmente, mas sei que:-----

- essa ideia/desafio está presente em todos os debates sobre a modernização da administração pública, sobre regionalização e organização territorial, aliás como o próprio Exmº Sr. Secretário de Estado referiu numa conferência realizada há uns tempos em Viseu; -----

- a actual Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) já exprime essa ideia/corrente, pois no seu art. 33º prevê uma Majoração de 10% do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias) para a fusão de freguesias. -----

2 - Relativamente ao projecto “Magalhães”, mesmo apreciando imenso o sentido de humor e pense que tudo na vida deve ser feito com boa disposição, discordo da forma ligeira (mistificação do “Magalhães”) como o Exmº Sr. Secretário de Estado abordou o assunto. Isto porque o que está em causa não é se falta ou não falta uma tecla no computador “Magalhães”, mas sim, se o Estado Português cumpriu ou não cumpriu a lei da contratação pública, na atribuição, por aparente ajuste directo, do seu fabrico à firma J.P. Sá Couto;-----

E se não cumpriu é um incidente muito grave, visto que:-----

- politicamente e juridicamente temos que concluir que de nada adianta andarmos a proclamar Portugal como Estado de direito se o próprio Governo não respeita as leis; -----

- economicamente esta politica/intervenção pública prejudicou a economia, visto que: -----

- não respeitou o princípio da concorrência consagrado quer na Constituição da República Portuguesa, quer nos Tratados da União Europeia, beneficiando uma empresa em detrimento de muitas outras;-----

Acta N.º 03/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

- poderá ter elevado a factura paga pelo Estado Português, ou seja todos nós, pelo projecto; -----

- poderíamos, em caso de queixa, ter de pagar uma multa/penalização imposta pela União Europeia; -----

por último, e em defesa dos interesses das gentes que me elegeram (e até nos termos do art. 1º do Regimento desta Assembleia Municipal, e al. o) do art. 53º da Lei nº 5-A/2002), deixem que diga o seguinte: -----

O Estado tem outras formas de executar políticas públicas, e se, em vez de actuar no lado da oferta (concedendo o monopólio à firma J.P. Sá Couto), tivesse actuado no lado da procura (atribuindo vouchers como por exemplo os Cheques Dentistas) a empresa ou empresas de material informático deste Município/Região em vez de perderem, tinham ganho um mercado;-----

A aceitar este processo como simples falta de uma tecla, eu estarei na linha da frente para pedirmos ao Governo que, num próximo negócio de milhões, o atribua a uma empresa deste Município, nem que tenhamos de a criar de raiz, pois os riscos são poucos, sem concorrência, e muitos os proveitos, dado estar assegurado o escoamento do produto. Até lhe poderemos dizer que, se há pessoas capazes de efectuarem traduções correctas de Francês para Português (o que não aconteceu no projecto Magalhães), são alguns filhos destas terras. -----

V) Relativamente à essência e forma da comemoração quero deixar aqui algumas considerações/reflexões que, no meu modesto entender, não prejudicando o protocolo poderão valorizar a substância: -----

1º Acho que temos que repensar a condecoração (atribuição de medalhas) aos funcionários. Nos moldes actuais, pouco moderna, perde significado dado que as medalhas são entregues única e simplesmente pelo critério de antiguidade (e com aparente exagero visto que é aos 15, aos 20 e não sei se mais tarde, quando até o casamento, que é a ligação mais simbólica de duas pessoas, é, em regra festejada/homenageada aos 25 anos). Perdem tanto significado que até há funcionários que não aparecem (e nem previamente comunicam ausência) à condecoração. Acho que deveríamos caminhar para um modelo que reconheça e premeie não a antiguidade, mas a boa prática, a competência, o desempenho e mérito dos trabalhadores (enquanto servidores dos cidadãos) desta autarquia, à semelhança do Prémio de Boas Práticas no Sector Público. -----

2º como na generalidade de todos os feriados, na comemoração do dia do Município (que até é o mais próximo dos cidadãos/munícipes) verifica-se pouco interesse/participação das pessoas/do povo. Como acho que é nossa especial

obrigação reflectir e agir de forma a inverter esta tendência, penso que o dia do Município deve servir não só para festejar a independência/autonomia administrativa deste pequeno território, mas sim o espírito paivense, o inconformado/empreendedor espírito das gentes destas Terras do Demo.-----

Nesse sentido acho que abordando este dia com uma visão/atitude mais proactiva, ou seja, não comemorar apenas o que aconteceu, que é importante, mas fomentar a acção, fazer acontecer, seria mais benéfico para o Município. Assim acho que neste dia é possível promover, através do convite e reunião de todos (maioria) dos agentes locais activos, um “brainstorming municipal” que fomente a criatividade e empreendedorismo. -----

Para além de se convidarem as entidades habituais, que são importantes, mas no contexto actual limitam-se a pautar a participação através de uma presença/diplomacia protocolar, deveríamos convidar, juntar, apoiar e desafiar os empresários locais.-----

Desafiá-los para uma participação sinérgica, cooperante. Promover o Bench Marking, a ideia que por vezes para melhor competir o melhor é cooperar, partilhar conhecimentos e experiências. Desafiá-los por exemplo a organizarem-se em consórcios e a concorrerem (e beneficiarem da vantagem competitiva da proximidade) à execução das obras públicas municipais. Temos que reflectir que, a quase totalidade das obras públicas que se fazem no Município (veja-se o mapa constante a fls. 77 do Relatório de Gestão de 2009), mesmo sendo adjudicadas na sua maioria por “Ajuste Directo”, são executadas por empresas externas, ou seja, ficam as obras, mas o dinheiro vai para outros Concelhos, perdendo-se assim um dos principais efeitos desejados nos investimentos públicos, a capacidade de serem alavancas/motores da economia local. -----

----- Relativamente à actividade “Limpar Portugal” permitam-me o seguinte: -----

I) Que dê os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pela adesão do Município a esta iniciativa nacional, realizada no passado dia 20 de Março, com o patrocínio, e exemplar participação no terreno, de Sua Ex^a o Sr. Presidente da República. -----

II) Pergunte ao Sr. Presidente da Câmara se sentiu na adesão (participação no terreno) já algum efeito do incremento da motivação dos funcionários desta Câmara, tão argumentado e associado ao Mapa de Pessoal proposto e aprovado na reunião anterior desta Assembleia Municipal.-----

Relativamente à comemoração do dia 25 de Abril permitam-me o seguinte: -----

Acta N.º 03/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

I) Dê os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela comemoração do dia 25 de Abril e realização da Assembleia Municipal de Jovens;-----

II) Dê os parabéns aos Jovens participantes e aos Professores responsáveis pela organização desta iniciativa, lamentando contudo que não tenha sido feita qualquer referência (e alguns Jovens, estudantes do 12º Ano da área de Humanidades, me tenham confirmado completo desconhecimento sobre o assunto) ao Mestre Aquilino Ribeiro que, brilhantemente e corajosamente, mesmo defendendo a arborização em diversas obras, deu voz ao sofrimento e sentimentos de revolta do povo (heróis desconhecidos, mas nossos pais e avós) destas Terras do Demo, nomeadamente no livro “Quando os Lobos Uivam”, que o sujeitou a um vergonhoso e exemplificativo processo-crime, e ao qual ele, respondeu com uma apropriada resposta/defesa, editada no Brasil, sob um título impressionista “Quando os Lobos Julgam a Justiça Uiva”.-----

Na sequência das intervenções dos Jovens cumpre-me ainda o seguinte:-----

- dado o desconhecimento manifestado por todos, residentes nesta região, da classificação da Orca dos Juncais como Monumento Nacional, solicitar ao Sr. Presidente da Câmara e Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Queiriga, também aqui presente, para que providenciem para que seja colocado um “placar” turístico/informativo da sua existência e classificação na estrada VNPaiva/Sátão .-----

- relativamente às questões sobre a preservação do património e promoção do turismo, dizer que na Queiriga existe uma casa onde (a fazer fé num livro editado pelo saudoso Pároco Donato de Almeida Cunha, com o título “Queiriga – Na Lenda, Na Tradição e Na História”) terá nascido, vivido (cumprindo pitorescamente a pena de desterro imposta pela Rainha D.Maria I), falecido e estará sepultado um Juiz que pertenceu ao Tribunal Colectivo que condenou os Távoras. Assim, e mesmo reconhecendo que o processo dos Távoras não foi das melhores obras do Marquês de Pombal, penso que a Câmara, que até tem, segundo julgo, um colaborador formado na área de História e que não terá muito trabalho até a nova Biblioteca Municipal entrar em funcionamento, deveria promover, dado o interesse histórico-cultural, um estudo rigoroso e científico sobre tal assunto/pessoa. “-----

----- O Sr. Presidente respondeu às intervenções, tendo referido que nas comemorações do 25 de Abril, teve a preocupação de não só responder às questões colocadas pelos jovens que participaram na “Assembleia Jovem”, mas também de fazer o enquadramento histórico do 25 de Abril de 1974, e da importância da mudança, quer a nível político, quer a nível social e cultural.-----

Quanto à questão da participação dos empresários nas comemorações dos feriados e outros eventos municipais, informou que na passada 2.^a feira, dia 26 de Abril houve uma iniciativa promovida pelo Centro de Emprego de Viseu “Emprego e Iniciativa 2010”, e que logo que teve conhecimento desta, transmitiu e convidou, por e-mail, e por telefone o maior número de empresários do concelho a participar, no entanto teve algumas dificuldades nessa comunicação dado não existir na Câmara Municipal uma base de dados sobre as empresas do concelho.-----

----- Agradeceu as considerações feitas pelo deputado Fernando Felix acerca das comemorações do 2 de Março. Informou que tentou reunir naquelas comemorações, todos os anteriores presidentes de Câmara do concelho ainda vivos. Lamenta, tal como o Sr. Deputado Fernando Felix, e a este deu os parabéns por ter participado quer nas comemorações do 2 de Março quer nas do 25 de Abril, o facto de alguns eleitos com responsabilidade no concelho não tenham aparecido. -----

----- Informou que hoje estará no nosso concelho o Sr. Secretário de Estado da Educação, no encerramento do “Think 2010” promovido pela Escola EB 2/3 Aquilino Ribeiro, à qual deixa um agradecimento. Este evento trouxe a Vila Nova de Paiva, durante uma semana, cerca de trezentas pessoas com formação superior e com algumas referências na área da cultura, na ciência e outras. Vila Nova de Paiva foi durante esta semana o centro das atenções. -----

----- Aproveitou também para informar que no dia 19 de Maio, a Sr.^a Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social estará no nosso concelho.-----

----- Quanto à reflorestação, informou que na “Assembleia de Jovens” alertou os nossos jovens para a problemática da reflorestação e para a preservação do meio ambiente. Referiu ser certo que há muito a fazer pela reflorestação do concelho, mas o que é certo é que actualmente já temos uma bela mancha florestal jovem, nas freguesias de Touro, Vila Cova à Coelheira, Fráguas e Alhais, floresta essa com espécies autóctones (carvalho, castanheiro e o pinheiro). Considera que a iniciativa privada pode fazer mais pela nossa floresta, mas o que é certo é que muitas vezes não investem porque pensam sempre que os incêndios mais tarde ou mais cedo a destruirá, isto acontece nas freguesias, como por exemplo Pendilhe e Queiriga, onde a serra foi dividida (constituídas as glebes).-----

----- Relativamente ao Parque Botânico “Arbutos do Demo” é sua intenção pôr o parque a produzir árvores, árvores essas que por indicação das Juntas de Freguesia poderão ser plantadas em locais públicos apropriados .-----

Informou também que quanto à dinamização do Arbutus do Demo e dos seus conteúdos, foi já aprovada candidatura a um Interreg, desta vez com parceiros

Acta N.º 03/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

Inglese, no qual Vila Nova de Paiva vai receber mais cinquenta mil euros para investir na defesa da fauna e da flora . -----

----- Quanto ao relatório da situação financeira solicitado por diversas vezes pelo Deputado Fernando Félix o mesmo será fornecido para ser analisado em próxima sessão, no entanto, a este propósito aproveitou para informar que o pedido de excepção de empréstimo solicitado foi autorizado no valor de duzentos mil euros, conforme comunicação da DGAL por ofício ontem recebido.-----

----- Referiu que a sua maior preocupação neste momento é a revisão do projecto do Parque desportivo Municipal, de forma a que as obras possam ser feitas. Informou ainda que na última reunião da Comunidade Intermunicipal (CIMDR) o que mais se debateu foi o problema da execução das obras, sendo importante a sua reprogramação por forma a poderem ser executadas no âmbito do programa “Mais Centro”.-----

----- Quanto à intervenção do Deputado Hugo Trindade, verifica que tem havido muitas actividades culturais e desportivas dinamizadas pelas Associações do Concelho e também extra-concelho. Se o mês de Abril foi o da cultura, o de Maio será o do social e o de Junho o do desporto. -----

----- Relativamente à legislação que obriga à formação do pessoal afecto aos transportes escolares, informou que logo que tomou posse reuniu com as associações que prestam esses serviços ao município, para acordar a forma de formar o pessoal. Neste momento os condutores e vigilantes já fizeram a formação adequada para prestarem esses serviços, tendo o município suportado cinquenta por cento dos custos.-

----- Por fim, referiu-se às actas da Assembleia Municipal que irão hoje ser votadas, onde numa delas é chamado de “o presidente milagreiro”, mas o certo é que as questões mais prementes estão resolvidas, e o problema do Rancho de Vila Nova de Paiva também já está a ser tratado.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal referiu-se e comentou também algumas declarações do Sr. Fernando Félix. Quanto ao 25 de Abril referiu que ficou triste com a ausência de muitos dos eleitos, e apelou para que em próximas celebrações estejam presentes.-----

----- De seguida foi dada a palavra ao membro Henrique Morgado que apresentou um requerimento do seguinte teor: “considerando que:-----

Fui acusado em campanha de jornaleiro e trauliteiro relativamente a um cheque endossado à Câmara e que este foi devolvido por ter decorrido o prazo de cobrança; - Na Assembleia de Dezembro solicitei ao Sr. Presidente da assembleia que facultasse à Assembleia cópia do processo para se apurar a veracidade dos factos; -----

Que é também a vontade dos membros do PS nomeadamente do membro Carlos Sá em que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que em próxima reunião esse assunto ficasse devidamente esclarecido;-----

Considerando que e inexplicavelmente o Sr. Presidente da Assembleia fez tábua rasa referente ao pedido por mim efectuado e até ao presente nada disse sobre o processo, venho por este meio solicitar cópia do processo a todos os membros da assembleia e que o mesmo seja apreciado em próxima reunião.”-----

----- O Membro Carlos Sá solicitou cópia do requerimento apresentado uma vez que o nome dele consta daquele documento. De imediato o Presidente da Assembleia mandou fornecer a cópia solicitada. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

2.1 – Apreciação e votação dos textos definitivos das actas sessões de 21 de Dezembro de 2009 (ordinária), 15 de Março de 2010 (extraordinária) e da acta da sessão de 25 de Fevereiro de 2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da acta de 21 de Dezembro, com declaração de voto o membro Henrique Morgado, que será transcrita no texto definitivo da acta da presente sessão.-----

Relativamente à acta de 25 de Fevereiro foi deliberado por maioria absoluta com abstenção do Sr. Henrique Morgado, aprovar o texto definitivo da acta. Quanto à acta de 15 de Março foi deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da acta.-----

----- O membro Henrique Morgado apresentou declaração de voto do seguinte teor: “Henrique Gomes Morgado, membro eleito pelo PSD vem pela presente manifestar a sua mais profunda discordância pela forma tendenciosa e parcial na elaboração, pela mesa, das Actas.-----

Com efeito, e face ao seu conteúdo, não posso concordar com a ligeireza com que as várias intervenções, mormente as minhas, foram reproduzidas na acta. Estaria de acordo se o mesmo critério fosse utilizado na intervenção reservado ao público. Só que manifestamente não o foi. Houve a nítida preocupação, por parte da mesa, em reproduzir na sua quase totalidade a intervenção efectuada. Porque esta dualidade de critérios ?É fácil de imaginar!-----

E que dizer da resposta por mim dada em defesa da honra? Simplesmente ridícula porquanto o mais importante ficou por transcrever.-----

À mesa exige-se comportamento e conduta imparcial na análise das situações e intervenções. Espera-se, acima de tudo que dignifique o Órgão e a Instituição. Ora não foi isto que aconteceu nesta Assembleia.-----

Acta N.º 03/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

Permitir, Sr. Presidente, que um Munícipe, no período de intervenção reservado ao público, fizesse a intervenção que fez, utilizasse os termos que muito bem entendeu relativos a um membro da Assembleia, denegrindo sem qualquer pudor a imagem e o seu bom nome, utilizando o tempo que quis sem que por parte de V.ª Ex.ª, tivesse havido uma palavra, um gesto ou reparo relativo aos termos por essa pessoa utilizado.-----

Com esse seu comportamento e atitude deixou transparecer que nada fará em situações semelhantes criando nos membros da Assembleia uma imagem de insegurança e de desprotecção.-----

Seguramente não era este o comportamento esperado por mim de V.ª Ex.ª, enganei-me.”-----

2.2 - Apreciação e votação de eventuais propostas de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária do dia 28.06.2002. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia apresentou uma proposta de alteração ao Regimento, oportunamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, que aqui se dá por reproduzida e fica a fazer parte integrante desta acta, cuja fotocópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de actas das reuniões da Assembleia Municipal.-

----- Abertas as inscrições para debate e análise da proposta increparem-se e usaram da palavra os seguintes membros:-----

----- O Sr. José Luís Santos, compreende o fundo político da proposta mas entende que não deve haver grupos representativos da população na Assembleia Municipal.----

----- Fernando Félix, referiu o seguinte: “*Relativamente à proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal apresentado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumpre-nos questionar/dizer o seguinte:*-----

1º Se o objectivo é abordar assuntos de interesse Municipal porquê não são incluídos na ordem do dia, e se deixam de fora?-----

2º Nos termos do art. 87º da Lei 5-A/2002, transcrito pelo art. 18º do Regimento em vigor, qualquer membro da Assembleia pode indicar assuntos para a ordem do dia, com a antecedência de: 5 (cinco) dias caso se trate de reunião ordinária e 8 (oito) dias caso se trate de reunião extraordinária.-----

Assim para nós não terá lógica que um qualquer membro da Assembleia invoque este futuro artigo para apresentar um assunto para fora da ordem do dia, com a antecedência mínima de 8 (oito) dias, quando pode apresentar o assunto para a ordem do dia, com a antecedência mínima de (5) dias. -----

3º Mesmo que qualquer assunto não seja incluído na ordem do dia, por qualquer razão, o Regimento no art. 20º, nº 7 (que transcreve o art. 83º da Lei nº 5-A/2002) já

prevê a possibilidade que, mesmo não constante da ordem do dia, seja objecto de discussão e deliberação da Assembleia, desde que, dois terços do número legal dos membros, reconheça urgência na deliberação.-----

4º O nº 2 da proposta de alteração considera/diz que “Entende-se por assuntos de relevo municipal todos os assuntos que digam directamente respeito a mais do que uma Freguesia do Concelho”. -----

Em nossa opinião, tal entendimento, apresenta-se demasiadamente redutor do conceito de interesse municipal, pois (nos termos até do art. 1º do Regimento) poderá haver assuntos de interesse municipal que digam directamente respeito a um único munícipe. Imagine-se, por exemplo, uma pessoa/munícipe discriminado por uma política pública. -----

5º Relativamente ao texto do nº 4, que diz que “O assunto a debater, após aceitação e agendamento pelo Presidente da Assembleia Municipal é devidamente publicitado por Edital” também nos parece incorporar algum potencial para gerar conflitos, quer pelo aparente “centralismo”, quer pela omissão de critérios de aceitação/rejeição. Ou seja, deixa total liberdade de critério ao Sr. Presidente para a aceitação/rejeição do assunto, o que nos parece contrário ao espírito democrático inerente à Lei nº 5-A/2002, nomeadamente no art. 87º, que identifica expressamente o critério de exclusão de qualquer assunto da ordem do dia: o critério da competência do órgão. Critério da competência que, na nossa opinião, deve ser conjugado com outros artigos, sobretudo o art. 1 do Regimento que diz que a actividade da Assembleia “visa o cumprimento da Constituição da República Portuguesa”, remetendo assim para os princípios Constitucionais que permitem/fomentam os critérios mais generalistas e abrangentes que existem na ordem política e jurídica Portuguesa. -----

6º Por último, reconhecendo a necessidade de se fomentar a participação dos cidadãos, e assumindo que:-----

- a soberania reside no povo – art. 3º da CRP;-----

- o poder político pertence ao povo, sendo exercido nos termos da Constituição – art. 108º da CRP;-----

- e que todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do País, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos – art. 48º da CRP; -----

O Grupo do PSD, mesmo votando contra a presente proposta de alteração, reitera aqui a condição de representante do povo, reitera o compromisso assumido na campanha eleitoral, ou seja, assume que continuará a estar atento, receptivo e ao

Acta N.º 03/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

dispor da população do Concelho para abordar, discutir e deliberar sobre todos os assuntos de interesse municipal. -----

----- O Presidente da Assembleia defendeu de imediato a proposta por si apresentada, dando exemplos concretos.-----

----- Colocada esta proposta a votação mereceu onze votos a favor e nove contra, não tendo sido aprovada por não ter merecido a maioria dos votos dos eleitos.-----

----- O membro Fernando Felix apresentou também uma proposta, oportunamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, que aqui se dá por reproduzida e fica a fazer parte integrante da presente acta, cuja fotocópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de actas das reuniões da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia proferiu algumas considerações sobre a proposta agora apresentada, referindo que as alterações apresentadas ao texto do Regimento não se justificam até porque a Lei das Autarquias Locais não teve qualquer alteração deste Janeiro de 2002.-----

----- Colocada a votação a proposta do Sr. Fernando Felix mereceu dez votos a favor e dez abstenções.-----

----- Face às votações das propostas acima referidas, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação o regimento aprovado em 28.06.2002 e actualmente em vigor.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com abstenção dos membros Fernando Félix e Carlos Saraiva, aprovar o regimento aprovado em 28.06.2002 e actualmente em vigor.-----

----- **Ausência da Sessão** - Eram doze horas quando o membro Hugo Trindade comunicou que por motivos de ordem profissional se iria ausentar da sessão, não tendo a mesa colocado qualquer objecção.-----

2.3 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2009, aprovados em reunião da Câmara Municipal do dia 15 de Abril de 2010 – Apreciação e votação.-----

----- Foram presentes à reunião a Prestação de Contas e respectivo Relatório de Gestão referente ao exercício do ano de 2009, oportunamente enviados a todos os membros da assembleia Municipal.-----

----- Relativamente à execução orçamental, verifica-se no Mapa de Fluxos de Caixa que o montante das Receitas Orçamentais, incluindo o saldo da gerência anterior, foi de € 6.305.620,35 (seis milhões, trezentos e cinco mil, seiscentos e vinte euros e trinta e cinco cêntimos), e o montante das Despesas Orçamentais realizadas foi de € 6.141.271,81 (seis milhões, cento e quarenta e um mil, duzentos e setenta e um euros e oitenta e um cêntimos), transitando um saldo para o exercício seguinte de €

164.348,54 (cento e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos).-----

----- Relativamente às Operações de Tesouraria, incluindo o saldo da gerência anterior, verificou-se uma entrada no valor de € 817.257,08 (oitocentos e dezassete mil, duzentos e cinquenta e sete euros e oito cêntimos) e uma saída de fundos no valor de € 398.077,78 (trezentos e noventa e oito mil, setenta e sete euros e setenta e oito cêntimos), transitando um saldo para a gerência seguinte de € 419.179,30 (quatrocentos e dezanove mil, cento e setenta e nove euros e trinta cêntimos).-----

----- Foi proposto pelo Sr. Presidente da Câmara que os resultados líquidos do exercício no montante de € 316.299,40 (trezentos e dezasseis mil, duzentos e noventa e nove euros e quarenta cêntimos), sejam aplicados, nos termos do ponto 2.7.3.4 do POCAL, em reforço do património (€ 300.484,43) e reforço de reservas (€ 15.814,97) a submeter à apreciação da Assembleia Municipal.-----

----- Os documentos de prestação de contas elencados no Anexo I encontram-se integralmente elaborados, e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez uma apreciação global das Contas e do Relatório do ano de 2009, verifica que o orçamento teve uma execução muito reduzida, espera conseguir uma taxa de execução superior durante o mandato em curso.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

----- José Manuel Rodrigues – fez uma apreciação global das Contas como segue: *“Na abordagem que pretendo expor sobre o Relatório de Gestão de 2009 em apreciação para votação nesta Assembleia, vou efectuar uma análise breve e sucinta mas que pretendo esclarecedora , do meu ponto de vista, da real situação do Município em termos económico financeiro, apenas focando algumas variáveis macro.*-----

A situação que realça em termos negativos e inexplicável em termos de empresariais é o desvio verificado na realização do orçamento apresentado nesta Assembleia em 2008 e aqui é análise e votação. Como podem constatar na página 99 do referido Relatório, passo a referir:-----

Receitas Correntes 30,32%; -----

Receitas de Capital49,89%; -----

Percentagem de realização das receitas 37,23%; -----

Despesas correntes 21,37%; -----

Acta N.º 03/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

Despesas de Capital 63,53%; -----

Percentagem total de realização das despesas ..39,01%.-----

Como podemos constatar é de todo inexplicável a obtenção destes grau de realização do Orçamento. É certo que o orçamento é um mapa provisional da actividade de qualquer organização.-----

Mas tem que evidenciar valores que sejam atingíveis no decorrer do período. Se não acontecer existem duas explicações para tal facto: -----

1.º Orçamento sobre avaliado ,recorrendo a valores inflacionados de tal forma que não é possível a sua realização (e aqui entenda-se ser possível não atingir mas sem desvios muito significativos).-----

2.º Existência de Orçamento realista mas cuja gestão por diversos motivos não consegue implementar medidas de gestão corrente e estrutural para atingir os resultados orçamentados. -----

Tenho a consciência que a gestão de uma entidade pública, nomeadamente de um município tem algumas particularidades em relação à gestão profissional de uma empresa em qualquer sector de actividade. No entanto, não são essas particularidades (políticas, sociais, etc) que devem explicar os desvios tão elevados verificados. Se esta situação acontecesse permanentemente em qualquer empresa do sector privado, de certo que os responsáveis seriam chamados a responder perante os accionistas e em última instância seriam exonerados dos seus cargos executivos. -----

Conhecendo o percurso profissional do Sr. Presidente da Câmara e tudo aquilo que referiu na apresentação do Relatório e que desde já refiro estar de acordo, estou certo que irá implementar medidas de gestão que permitam que no futuro e, nomeadamente no orçamento que esta Assembleia aprovou para o ano em curso, aproximar os valores orçamentados dos valores executados. Sei que não será possível atingir 0% de desvio. Mas espero sinceramente que os valores se aproximem significativamente dos valores inscritos no Orçamento. Caso contrário, o Orçamento torna-se um documento sem qualquer credibilidade. -----

Partilho ainda outras preocupações que ressaltam da análise do relatório:-----

O acréscimo permanente ao longo dos último anos das despesas com o pessoal: de 2007 para 2009 cresceram 355.210 euros, o que em termos percentuais representa 17,76%. Preocupante já que representam 58% das receitas correntes do município e com tendência para aumento nos próximos anos. -----

Saliento ainda que, e de acordo com o que já foi referido pelo Sr. Presidente, o início do pagamento de capital de alguns empréstimos bancários já que terão fim os períodos de carência de capital a que estavam sujeitos. O reembolso de capital para

além dos pagamento de juros vai pressionar negativamente a tesouraria do município. Espero e reitero uma gestão profissional no sentido de eliminar ao máximo os desperdícios em várias áreas de actuação do município.-----

Por último e para terminar a minha intervenção, refiro uma área que me preocupa e que é extremamente importante para a solvabilidade e capacidade futura de realização de projectos estruturantes para o concelho. Refiro-me ao endividamento. Já foi aqui referido da capacidade de endividamento do Município 300.000 euros. Muito pouco para dar continuidade aos projectos em curso e outros que espero ver implementados no âmbito do QREN, cuja comparticipação foi aumentada para 80% o que óbvia uma menor contribuição dos municípios . No entanto, para aceder ao valores disponibilizados em 2010 o município deverá evidenciar uma grande capacidade de execução e eficácia na contratualização. Este ponto foi referido na última Assembleia Inter Municipal Dão Lafões de que faço parte. Espero que o município de Vila Nova de Paiva apresente em 2010 por via da Comunidade, projectos estruturantes para o Concelho e aproveite as oportunidades decorrentes da maior disponibilidade dos valores do QREN.-----

Finalizo, referindo que votarei a favor sendo que espero no próximo ano os pontos aqui referidos apresentem uma evolução favorável a bem do Município de Vila Nova de Paiva”.-----

----- O Presidente da Câmara agradeceu a intervenção, principalmente os alertas que referiu. Espera, no ano em curso, conseguir uma execução superior a cinquenta por cento, o que será bom. Quanto às despesas correntes pensa que não irão aumentar até porque já tomou medidas com vista à sua redução, porque não compactua com desperdícios. Informou que quando assumiu funções verificou que por exemplo a facturação da energia eléctrica era muito elevada, mandou verificar contador a contador e verificou que havia edifícios municipais desactivados (escolas de várias localidades, Centro de Saúde velho e outros) com contadores, sem serem necessários, e o mesmo acontecia com as telecomunicações, de imediato mandou suspender aqueles serviços. Na iluminação pública, tem havido também bastante desperdício, contactou a EDP, que já identificou os locais para serem colocados relógios astronómicos tendo em vista a poupança de energia.-----

----- Henrique Morgado – Começou por referir ter ficado agrado com o discurso do Sr. Presidente da Câmara. Tem a consciência de que a autarquia tem pouca capacidade para gerar receitas próprias. Esta Câmara sempre teve problemas a nível financeiro basta olhar para o mapa referente ao “grau de liquidez”. Mostrou-se disponível, para em conjunto se encontrarem as melhores soluções. Da análise que fez verifica que a

Acta N.º 03/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

dívida a fornecedores diminuiu. Em seu entender e pelo facto de no ano de 2009 não ter havido verbas do QREN limitou em muito a execução de obras. Considera que neste momento o executivo tem todas as condições para fazer obras, pensa que este ano a execução do Plano de 2010, poderá atingir os níveis do mandato autárquico 2002/2005. Afirmou mais uma vez que o Presidente da Câmara pode contar com ele, porque o que todos pretendem é o desenvolvimento integrado de todo o Concelho.-----

----- O Presidente da Câmara agradeceu as palavras do membro Henrique Morgado, e referiu que ainda bem que todos estão a usar a mesma linguagem, porque todos têm responsabilidades. Referiu que felizmente no concelho de Vila Nova de Paiva não existem grandes questões sociais, porque é de gente humilde e trabalhadora, que além de trabalhar no campo, faz também alguns contratos sazonais, em França, na Suíça e na Alemanha. Infelizmente o concelho continua a depender do Estado em termos de receitas. Informou que no passado dia 28 do corrente mês foi aprovado o Orçamento de Estado, e que como todos podem constatar está lá contemplada a obra do Lar e Centro de Dia do Touro. Verifica-se também um aumento de 5% das verbas a transferir para o nosso município. E por falar em verbas/receitas, aproveitou para informar que já licenciou o Parque Eólico da Serra da Nave, tendo conseguido com este uma receita de duzentos e vinte mil euros, assim como a Freguesia de Touro terá a sua comparticipação. Com este licenciamento foi criada mais uma fonte de receita. Está confiante, e se todos colaborarem julga poder resolver as graves questões do município, e a principal, é a capacidade de endividamento do município.-----

----- Fernando Félix - Relativamente à Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2009 referiu que concorda e partilha da maior parte das ideias e preocupações já apresentadas pelos seus ilustres colegas. Assim e procurando não repetir o que já foi dito, lhe permitissem apenas dizer o seguinte: -----

“1º Que pergunte ao Sr. Presidente da Câmara se no âmbito do Controlo da qualidade da água dos Fontanários Municipais (descrito a fls. 72/73 do Relatório de Gestão), as fontes abrangidas, na Freguesia da Queiriga, são apenas as do Cimo do Lugar e do Fundo do Lugar.-----

2º Reforce aqui a ideia que o acentuado decréscimo verificado, durante o último mandato, nos valores de investimento total (bem visível no gráfico de fls. 69 do Relatório de Gestão) está certamente ligado ao “congelamento” dos fundos comunitários e atrasos na entrada em funcionamento do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) e ainda à entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro), que restringiu a possibilidade de endividamento das autarquias. -----

3º Chame de novo a atenção para o Mapa de Fls. 77 do Relatório de Gestão, o qual mostra que as empreitadas lançadas no ano de 2009 foram todas adjudicadas, mesmo sendo na sua maioria através da modalidade de “Ajuste Directo”, a empresas externas ao Município. Na minha opinião esta realidade é extremamente preocupante e negativa para o desenvolvimento Municipal, uma vez que, como disse na minha intervenção antes da ordem do dia, estaremos a desperdiçar um dos principais efeitos desejados e esperados nos investimentos públicos locais, a capacidade de serem alavancas/motores da economia local. -----

4º Registe e realce a informação fornecida pelo mapa de fls. 110 (Mapa 18.5.1 – Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas) o qual mostra que, no ano de 2009, as receitas totais cobriram as despesas totais em 104,3 %, resultando assim num superavit de 4,3 %. Penso que é de realçar este resultado, tão invulgar nas contas públicas (eternamente marcadas por défices) deste País, sobretudo por se tratar de um ano de eleições autárquicas.” -----

----- Carlos Sá – Referiu que só vai votar a favor, porque todos os intervenientes daquele período de gestão são-no também hoje, à excepção do Sr. César Fonseca ex-vereador. Ficou triste por não estar hoje aqui, o ex-presidente da câmara, para poder também ele fazer a apreciação destes documentos de gestão perante a Assembleia Municipal. Disse que é também uma pena que o membro Joel Sousa não esteja hoje aqui presente para ouvir que, afinal, os documentos apresentados mostram o contrário daquilo que ele afirmou, e que se o concelho de Vila Nova de Paiva fosse o Governo estava hoje, aqui o FMI, acredita que o Tribunal de Contas irá fazer alguns reparos relativamente às Contas de 2009.-----

----- José Luís Santos – Começou por referir que de vez em quando é necessário que todos façam uma reflexão. Salientou as intervenções que hoje foram feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, considerou-as de referência e de qualidade e afirmou que com pessoas assim o concelho efectivamente ganha. Disse que não lhe passaram procuração mas há alturas em que algumas pessoas não podem estar presentes, mas se não estão uns, estão outros, para defender as suas convicções.-----

Quanto às Contas concluiu que os seus colegas já referiram tudo o que era de referir. Relativamente ao Relatório de Gestão, e na parte onde se refere o Programa “Progrid” seria de bom grado que nele fosse, no mínimo, mencionada a entidade executora e que é a Cáritas Paroquial de Queiriga.-----

----- O Presidente da Assembleia, pediu ao Presidente da Câmara para evitar ao longo do seu mandato o recurso a empréstimos bancários. Solicitou também que analise bem os projectos, à semelhança do que fez com o do parque desportivo

Acta N.º 03/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

municipal, pois só se poupa deixando de parte as obras megalómanas e investindo em projectos racionais. -----

----- O Presidente da Assembleia fez algumas apreciações às contas, referindo-se aos empréstimos e às obras megalómanas.-----

----- E não havendo mais inscrições o Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação os documentos de gestão em apreço.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com abstenção do Sr. Augusto Moreira aprovar as Contas e o Relatório de Gestão do ano de 2009. Mais foi deliberado que os resultados líquidos do exercício no montante de € 316.299,40 (trezentos e dezasseis mil, duzentos e noventa e nove euros e quarenta cêntimos), sejam aplicados, nos termos do ponto 2.7.3.4 do POCAL, em reforço do património (€ 300.484,43) e reforço de reservas (€ 15.814,97) a submeter à apreciação da Assembleia Municipal.-----

2.4 - Apreciação da Actividade Municipal desenvolvida durante os meses de Fevereiro, Março e Abril do ano em curso, nos termos do artº 53º, nº1, alínea e) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia, considera ser dispensável, a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar.-----

----- Não foram colocadas ao Presidente da Câmara quaisquer questões relacionadas com este ponto da ordem do dia.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Nos termos do artigo 27º do Regimento, foi aberto ao público um período de intervenção para esclarecimentos, nomeadamente sobre matérias constantes da ordem do dia da Sessão.-----

----- Não havendo público presente, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o N.º 3 do art.º 92º da Lei N.º 169/99 de 18.09, e foi assinada pelos membros da Mesa.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, eram catorze horas e quinze minutos. -----

----- Para que conste lavrou-se a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----